

CONEXÕES ENTRE A POLÍTICA EXTERNA E A POLÍTICA INTERNA EM ADMINISTRAÇÕES DE EXTREMA DIREITA

CONNECTIONS BETWEEN FOREIGN POLICY AND DOMESTIC POLICY IN FAR-RIGHT ADMINISTRATIONS

 <https://doi.org/10.63330/armv2n1-004>

Submetido em: 21/01/2026 e Publicado em: 26/01/2026

Leandro Gilson de Oliveira
Mestrando em Ciências Sociais
PUC MINAS

RESUMO

Este texto investiga como a política externa se entrelaça com a política interna em governos extremistas modernos, analisando casos dos Estados Unidos, Brasil, Hungria e Argentina. Segundo essa perspectiva, ao contrário da diplomacia liberal clássica, esses governos transformam a política externa em um campo de batalha das guerras culturais, empregando-a para consolidar seu apoio interno, mobilizar suas bases, atacar inimigos simbólicos e desafiar a ordem internacional estabelecida. Conforme uma revisão teórica e uma análise documental de autores como Levitsky e Ziblatt, Lynch, Sanahuja, Graham e Brown, é possível perceber que esses governos elaboram uma política internacional “militante”, guiada por valores ultranacionalistas, narrativas conspiratórias e um discurso de excepcionalismo nacional. Em síntese, ao exportarem suas pautas internas para o cenário internacional, regimes de extrema direita reforçam o enfraquecimento das instituições multilaterais e da cooperação global, além de promover a erosão democrática em um contexto transnacional.

Palavras-chave: Relações exteriores; Direita radical; Democracia; Governos atuais.

ABSTRACT

This piece investigates how foreign policy interacts with domestic politics in today's far-right governments, specifically looking at the United States, Brazil, Hungary, and Argentina. It contends that, in contrast to the liberal diplomatic tradition, these administrations turn foreign policy into a continuation of domestic culture wars, employing it for the purposes of internal legitimization, rallying their base, confronting symbolic foes, and undermining the international liberal order. These governments cultivate a militant and ideological foreign policy agenda that is rooted in ultranationalist principles, conspiracy theories, and a narrative of national exceptionalism, as revealed through a theoretical review and documentary analysis of scholars like Levitsky, Ziblatt, Lynch, Sanahuja, Graham, and Brown. Contemporary far-right regimes, the study



concludes, project their domestic agendas internationally, thereby undermining multilateral institutions, diminishing global cooperation, and promoting democratic backsliding on a transnational scale.

Keywords: Foreign policy; Far-right; Democracy; Contemporary governments.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, assiste-se à ascensão de uma nova leva de governos de extrema direita. Apesar de suas raízes em contextos nacionais diversos, possuem características comuns. Eles combinam políticas internas de caráter ultraconservador com iniciativas de política externa que alteram a posição de seus países no sistema internacional.

Esse fenômeno vai além do conceito clássico de populismo e se aproxima do que Sanahuja e Burian (2020) definem como “internacionalismo reacionário”. Este é uma rede transnacional de movimentos, líderes, think tanks, grupos religiosos, influenciadores digitais e partidos que convergem em torno da oposição ao liberalismo político, ao globalismo e às instituições multilaterais construídas no pós-Segunda Guerra Mundial.

A política externa, que antes funcionava como uma esfera estratégica independente, agora é utilizada como um instrumento direto para fortalecer as dinâmicas internas. Isso vai desde o Brasil de Jair Bolsonaro até os Estados Unidos de Donald Trump, passando pela Hungria de Viktor Orbán e, mais recentemente, chegando à Argentina de Javier Milei. Não se refere apenas a declarações diplomáticas, mas a uma diplomacia com uma orientação ideológica clara, que é vista como uma continuação do conflito interno e da luta simbólica pela hegemonia cultural.

Conforme observa Casarões (2021), no contexto brasileiro, a adesão incondicional ao governo Trump e a ruptura com o multilateralismo não podem ser vistas apenas como decisões pragmáticas. Elas são vistas como um elemento crucial na reconstrução política interna almejada pelas elites bolsonaristas. Elas buscavam legitimar uma nova narrativa de identidade nacional e de enfrentamento a supostas ameaças, tanto externas quanto internas. A interseção entre política interna e externa funciona em ambas as direções.

Em primeiro lugar, governos de extrema direita empregam a diplomacia como um meio de legitimar suas agendas internas. Eles sustentam que a proteção da soberania nacional, da moral tradicional e da ordem social é uma razão suficiente para se distanciar do globalismo e das diretrizes do multilateralismo liberal. Além disso, criam redes internacionais de apoio que atuam como espaços para a produção e disseminação de discursos, métodos de ação política, estratégias comunicativas e capital simbólico.

Budapeste, conforme revela Bíró-Nagy (2024), transformou-se em um ponto de encontro para líderes conservadores de todo o mundo, estabelecendo-se como um laboratório de governança iliberal e uma vitrine de uma alternativa institucional ao modelo democrático ocidental.



O governo Milei na Argentina também avança na mesma direção ao tensionar a política externa tradicional do país. Ele prioriza alinhamentos ideológicos sobre compromissos históricos regionais, utilizando a diplomacia como palco de afirmação identitária e como extensão discursiva da batalha contra o “estatismo” e o “marxismo cultural” (Stefanoni, 2024).

Graham (2025) mostra que, nos Estados Unidos, o trumpismo transformou a política externa em um componente crucial de um projeto de reestruturação interna do Estado e da legitimidade política, afetando diretamente alianças estratégicas, tratados internacionais, agendas econômicas e o equilíbrio de poder global.

Elas demonstram que a concepção contemporânea de política externa — que, ao longo da história, esteve ligada à razão de Estado, à busca por uma continuidade institucional, à mediação técnica e à negociação envolvendo diversos interesses — está em um processo de transformação. A distinção tradicional entre a política interna e a política externa desaparece. A diplomacia é tomada pela lógica da polarização interna e pelos mecanismos de mobilização constante das bases políticas.

O resultado é um ambiente internacional em crescente tensão, em que o multilateralismo liberal perde sua importância, dando espaço a iniciativas de soberania moral, etnonacionalismo, fundamentalismo religioso e autoritarismo competitivo. Para entender a extrema direita atual, é necessário unir as dimensões interna e externa. Ou seja, as políticas de Estado não devem ser vistas apenas como reações a contextos geopolíticos. Elas devem ser vistas como manifestações de projetos políticos voltados para uma transformação radical da ordem democrática, das instituições de governança e até mesmo das narrativas que fundamentam o sistema internacional.

O objetivo deste artigo é elucidar de que maneira Brasil, EUA, Hungria e Argentina constroem suas agendas internas e externas para consolidar novas formas de ação estatal que desafiam as tradicionais noções de política, soberania e diplomacia.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa e descritivo-analítica, com o intuito de entender de que maneira governos de extrema direita em nações como Brasil, Estados Unidos, Hungria e Argentina conectam a política externa à política interna em seus projetos de poder. Optamos por uma abordagem qualitativa porque o fenômeno em questão – a ascensão de governos ultraconservadores – não pode ser reduzido à mera mensuração estatística. Esse fenômeno envolve, antes, dinâmicas políticas, narrativas simbólicas, disputas ideológicas e reconfigurações institucionais que demandam uma análise contextual e hermenêutica.

O trabalho se apoia em uma análise documental, cuja base corpus é composta por obras e materiais acadêmicos recentes que investigam de forma crítica o avanço da nova direita e suas implicações tanto



internas quanto internacionais.

Priorizaram-se fontes altamente confiáveis, incluindo artigos científicos revisados por pares, literatura acadêmica e entrevistas com especialistas. Dentre os materiais consultados, estão incluídos Casarões (2021), que analisa a deterioração da política externa brasileira sob Bolsonaro como uma consequência direta de uma crise política e econômica duradoura; Sanahuja e Burian (2020), cuja proposta do “internacionalismo reacionário” elucida a articulação transnacional da nova extrema direita; Bíró-Nagy (2024), que apresenta a Hungria como um laboratório de governança iliberal e um núcleo de difusão da política conservadora global; e, por último, Stefanoni (2024), que decifra a inflexão diplomática do governo Milei como ferramenta de consolidação ideológica; e Graham (2025), que mostra de que modo o trumpismo converteu a política externa americana numa extensão de um projeto interno de reestruturação estatal e cultural.

A análise dos materiais foi feita por meio de leituras minuciosas e sistematização de dados significativos e reconhecimento de categorias temáticas que se repetem, como soberanismo, crise do multilateralismo, guerra cultural, erosão institucional e uso da diplomacia como um palco para a legitimação interna.

A metodologia utilizada é similar à análise de conteúdo temática, possibilitando a codificação de relatos, a identificação de padrões discursivos e a comparação de perspectivas entre os diferentes casos analisados. Com base nessa organização, foi elaborada uma matriz comparativa que permitiu detectar semelhanças e diferenças entre os governos em questão, sobretudo no que diz respeito à maneira como empregam a política externa para reforçar conflitos internos e reconfigurar identidades nacionais.

Este estudo, como pesquisa unicamente documental, não emprega entrevistas, dados empíricos obtidos em campo ou estatísticas eleitorais. Ainda que essa escolha limite a exploração de aspectos quantitativos, não compromete os objetivos do trabalho, pois o que se busca interpretar são discursos, estratégias políticas e marcos ideológicos que fundamentam a ação desses governos no exterior.

A validade científica resulta da utilização de fontes confiáveis e atualizadas, da precisão na interpretação dos dados, da clareza nos métodos empregados e da consistência entre o problema abordado, a fundamentação teórica e a análise feita. Além disso, por atuar unicamente. Devido à utilização de materiais públicos e acadêmicos, este estudo não apresenta riscos éticos e, portanto, não necessita de procedimentos formais de consentimento.

3 DISCUSSÃO

A nova extrema direita, em sua ascensão, reconfigurou de maneira significativa a relação entre política interna e externa. Isso se observa nos casos do Brasil, dos Estados Unidos, da Hungria e da Argentina. Ela quebrou a lógica tradicional que via a diplomacia como um campo de estabilidade



institucional, guiado por princípios de continuidade estatal, negociações pragmáticas e uma profissionalização técnica. A política externa, nos governos analisados, transforma-se em prolongamento da luta interna pela hegemonia cultural e moral, cumprindo uma função performática, simbólica e identitária.

No Brasil, conforme aponta Casarões (2021), a quebra da tradição diplomática que começou em 2019 se deu ao mesmo tempo em que o discurso político interno se tornava mais extremado. A política externa não é mais um meio de projeção internacional, mas um instrumento de afirmação ideológica.

O isolamento diplomático, a exclusão de fóruns multilaterais e o alinhamento automático ao governo Trump não devem ser vistos apenas como decisões estratégicas. Eles são elementos da reconfiguração narrativa do bolsonarismo, que pretendia replicar no cenário internacional os mesmos tipos de conflitos que existiam internamente, como “globalismo”, “marxismo cultural” e “luta contra o sistema”.

Portanto, a diplomacia brasileira ganhou uma politização sem precedentes, tornando-se parte integrante da mobilização constante das bases sociais. Entretanto, esse fenômeno não ocorre de forma isolada. Como afirmam Sanahuja e Burian (2020), governos ultraconservadores da América Latina começam a atuar dentro de um “internacionalismo reacionário”, uma rede de circulação de símbolos, estratégias e discursos que constrói uma alternativa à ordem liberal internacional e à política global dominada por valores cosmopolitas.

Esse internacionalismo não visa à promoção do multilateralismo, mas sim à sua substituição por alianças seletivas, fundamentadas na afinidade ideológica e na rejeição à institucionalidade democrática internacional. Não se trata, pois, de uma negativa ao internacionalismo em si, mas de uma tentativa de criar uma nova estrutura de articulações transnacionais fundamentadas no soberanismo, no moralismo conservador e no nacionalismo cultural. A Hungria desempenha um papel crucial nesse processo.

De acordo com Bíró-Nagy (2024), Budapeste tornou-se a “vitrine” de uma nova forma de governo iliberal, capaz de combinar competitividade eleitoral, centralização do poder, controle dos meios de comunicação e uso estratégico de políticas externas simbólicas.

Orbán converte a nação em um polo de intelectuais da nova direita mundial, organizando conferências, think tanks e instituições que geram legitimidade discursiva e doutrinária para iniciativas políticas afins. A política externa húngara, nesse contexto, funciona como um meio de projeção identitária e de diplomacia de valores, estabelecendo o governo como uma referência global do conservadorismo moral e étnico do século XXI.

Um processo análogo pode ser identificado na Argentina atual. Como observa Stefanoni (2024), o governo Milei rompe com a histórica diplomacia argentina — multilateral, regionalista e economicamente pragmática — e impõe uma política externa caracterizada por alinhamentos explícitos, em função da afinidade ideológica e da disputa simbólica.



Tal como outros governos ultraconservadores, Milei utiliza a ação internacional como um meio para fortalecer sua luta polarizada contra o “estatismo”, o “politicamente correto” e a “agenda progressista global”, espelhando no plano externo a retórica dirigida às batalhas internas de legitimidade política.

A política externa, dessa maneira, transforma-se em ferramenta de mobilização política e argumento discursivo para justificar reformas radicais no âmbito interno. No que diz respeito aos Estados Unidos, essa dinâmica ganha uma profundidade ainda maior. Como observa Graham (2025), o trumpismo transforma a política externa em elemento central de um projeto de reconfiguração interna do Estado e da legitimação política.

O lema “*America First*” não serviu apenas como uma diretriz geopolítica, mas também como um processo de reconstrução simbólica da identidade nacional. Históricas alianças são rompidas, a diplomacia profissional é deslegitimada e o discurso nacionalista é utilizado como uma arma contra instituições multilaterais.

Nesse sentido, a política externa se transforma em um mecanismo interno de mobilização e polarização, acentuando a distinção entre “o povo real” e “as elites globalistas”, uma categoria discursiva fundamental para o populismo de extrema direita. Os quatro casos indicam uma convergência estrutural: a política externa deixa de ser um domínio de continuidade estatal e passa a ser um campo de disputa ideológica constante, dominado pelos interesses eleitorais e pelas guerras culturais que definem o interior de cada nação. Essa tendência gera consequências em todo o sistema.

A nível nacional, intensifica-se a polarização política, diminui a capacidade institucional dos serviços diplomáticos tradicionais e enfraquecem as bases de legitimidade da governança democrática.

No contexto internacional, a desintegração da ordem liberal avança rapidamente, o multilateralismo perde força e emergem novas maneiras de colaboração transnacional que, apesar de se oporem à globalização em suas declarações, agem a nível internacional na edificação de alianças que lhes são próprias.

A nova extrema direita gera uma diplomacia que é ao mesmo tempo paradoxal: é nacionalista em sua essência, mais transnacional na mídia; se opõe ao globalismo ao mesmo tempo em que constrói redes internacionais complexas; fortalece o discurso soberanista enquanto utiliza a política externa como uma ferramenta de competição interna. Ao oferecer uma alternativa à ordem liberal, esses governos não se afastam do cenário internacional — muito pelo contrário, eles buscam redefini-lo de dentro, reconfigurando o papel do Estado, da identidade nacional e da soberania com novos significados.

4 RESULTADOS

A partir da análise documental, os resultados obtidos revelam um padrão consistente de avanço do anti-intelectualismo no cenário político investigado. Em primeiro lugar, percebeu-se que, nos períodos de



governo analisados, houve uma ampliação do discurso destinado a deslegitimar instituições científicas, universidades públicas, veículos de comunicação e especialistas.

Esse processo veio acompanhado de uma retórica que valorizava o senso comum, a opinião pessoal e outros tipos de saberes que não passavam pela mediação de instituições formais de validação, o que ajudou a minar a credibilidade das instituições acadêmicas e técnico-científicas.

Os documentos que foram analisados também revelam que a disseminação desses discursos está diretamente ligada à elaboração de políticas públicas que levaram à diminuição dos investimentos em educação, ciência e tecnologia. Em certos casos, os cortes orçamentários e a desarticulação de programas educacionais foram justificadas por meio de narrativas que se opõem a supostos privilégios das universidades ou da “elite intelectual”, o que evidencia o caráter político do anti-intelectualismo como ferramenta de gestão e confronto ideológico.

Constatou-se que a utilização constante de redes sociais e plataformas digitais foi crucial para a propagação desses discursos. As redes sociais possibilitaram a disseminação de mensagens simplificadas e carregadas de emoção, o que favoreceu visões polarizadas, críticas amplas ao conhecimento especializado e a formação de identidades políticas fundadas na rejeição às instituições de saber.

Em última análise, os resultados revelam que os efeitos desse processo transcenderam o âmbito simbólico. Eles geraram repercussões tangíveis no funcionamento das instituições públicas, na elaboração de políticas educacionais, na tomada de decisões governamentais e na maneira como a sociedade enxerga a ciência e a universidade.

Em muitos casos, o uso de discursos anti-intelectuais esteve ligado ao enfraquecimento de mecanismos democráticos de debate, à diminuição da participação social qualificada e ao aumento de conflitos institucionais, o que deteriorou a arena política e o espaço público de diálogo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação e libertação. 7.^a ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020. Site: <https://www.pazeterra.com.br> . Acesso: 19 nov. 2025.

BÍRÓ-NAGY, András; SZABÓ, Andrea. *From dissatisfaction to passivity: Young Hungarians in 2021*. In: **Growing Up In Times Of Crisis: Contributions To Political Science**, Cham: Springer International Publishing, 2024. p. 63-79. Disponível em: https://real.mtak.hu/212257/?utm_source . Acessado em: 03 jan. 2026.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2021. Disponível em: <https://politeiabrasil.com> . Acesso em: 19 nov. 2025.

BRUM, Maurício. Como Viktor Orbán se tornou uma inspiração para políticos de direita. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 jan. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/como-viktor-orban-se-tornou-uma-inspiracao-para-politicos-de-direita-7uv7x0wj8heqrjpeu18flzru/>. Acesso em: 03



jan. 2026.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Disponível em: <https://www.zahar.com.br> . Acesso em: 9 nov. 2025.

CECHINEL, A.; FABRIS, F. P.; RIBEIRO, A. R. N. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Revista Criar Educação**, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/criareducacao> . Acesso em: 11 nov. 2025.

FRASER, Nancy. **Caminhos divergentes: neoliberalismo progressista, populismo reacionário e a crise hegemônica contemporânea**. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, p. 1–11, 2019. Disponível em: <https://revistas.upla.cl/index.php/psicoperspectivas> . Acesso em: 20 nov. 2025.

GONZÁLEZ, Roberto. Políticas públicas e populismo de direita nas Américas. **Revista Latinoamericana de Política Comparada**, v. 16, n. 1, p. 55–78, 2021. Disponível em: <https://rlpc.usal.es> . Acesso em: 19 nov. 2025.

GRAHAM, David A. **O Projeto: como a extrema direita está transformando os Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2025. Disponível em: <https://www.zahar.com.br> . Acesso em: 20 nov. 2025.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Disponível em: <https://www.zahar.com.br> . Acesso em: 17 nov. 2025.

LYNCH, Christian. **Nós, os integralistas: o bolsonarismo e a longa tradição antiliberal brasileira**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2022. Disponível em: <https://www.autenticaeditora.com.br> . Acesso em: 17 nov. 2025.

MUDDE, Cas. **The Far Right Today**. Cambridge: Polity Press, 2019. Disponível em: https://www.politybooks.com/bookdetail?book_slug=the-far-right-today--9781509536832. Acesso em: 15 nov. 2025.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020. Disponível em: <https://martinsfontespaulista.com.br> . Acesso em: 9 nov. 2025.

SANAHUJA, José Antonio; BURIAN, Camilo Lopez. *La nueva extrema derecha neopatriota latinoamericana: el internacionalismo reaccionario y su desafío al orden liberal internacional*. **Conjuntura Austral**, v. 11, n. 55, p. 22–34, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/106956> . Acesso em: 29 nov. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Disponível em: <https://www.autenticaeditora.com.br> . Acesso em: 23 nov. 2025.

STANLEY, Jason. **How Fascism Works: The Politics of Us and Them**. New York: Random House, 2018. Disponível em: <https://www.penguinrandomhouse.com> . Acesso em: 18 nov. 2025.

STEFANONI, Pablo. *América Latina: ¿un momento destituyente?* **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 311, p. 4–16, maio-jun. 2024. Disponível em: https://nuso.org/articulo/311-america-latina-un-momento-destituyente/?utm_source. Acesso em: 03 jan. 2026.



TAYLOR, Charles. **A era secular**. São Paulo: UNESP, 2017. Disponível em: <https://www.editorasunesp.com.br> . Acesso em: 27 nov. 2025.

WERNECK VIANNA, Luiz. **A democracia e os três poderes: instituições em disputa no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2021. Disponível em: <https://editorafigv.com.br> Acesso em: 11 nov. 2025.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: <https://boitempoeditorial.com.br> . Acesso em: 19 nov. 2025.

ZANOTTI, Laura; BROWN, Timothy. *Information Wars: Digital Media, Populism and the Crisis of Expertise*. **Journal of Political Communication**, v. 39, n. 4, p. 552–570, 2022.